

Artigos

Minha pátria é a língua portuguesa¹: ações dos governos brasileiro e português para o ensino de língua portuguesa no exterior***The Portuguese language is my homeland: Portuguese and Brazilian governmental actions for teaching Portuguese language worldwide***Leilane Morais Oliveira²

RESUMO: O presente artigo põe em relevo alguns dos planejamentos linguísticos desenvolvidos pelos governos do Brasil e de Portugal para a internacionalização do idioma que lhes é comum. O objetivo é tanto apresentar estas ações ao leitor quanto discutir a sua importância no atual contexto sociopolítico. Visto fazerem parte de uma área sobre a qual ainda pouco se fala na comunidade acadêmica, a saber, a área das políticas linguísticas de internacionalização, os dados adquirem fulcral importância e colocam em pauta a necessidade de uma política de cooperação voltada ao ensino do português a falantes de outras línguas. Por meio dos dados coletados, o estudo aponta a existência de uma discrepância contundente entre os planejamentos linguísticos executados pelos dois países, bem como uma tendência de ensinar a língua portuguesa em locais pontualmente estratégicos aos referidos estados-nações, o que clarificou a unilateralidade das ações desenvolvidas. Por fim, o texto sugere que as políticas linguísticas para internacionalização da língua portuguesa carecem de aprimoramento, no sentido de não mais ocorrerem em paralelo e de forma dissonante, já que esta realidade apenas impede a ocorrência de uma política de cooperação voltada à construção de um mundo lusófono.

PALAVRAS-CHAVE: internacionalização; língua; política.

ABSTRACT: This paper highlights some Portuguese and Brazilian governmental projects for internationalization of the Portuguese language. It aims to present such actions and to discuss their importance in the current sociopolitical context. The data have central importance because they are part of language policies of internationalization, which is a little discussed issue in the academic community. Moreover, they set an agenda for a most needed cooperation policy for teaching Portuguese amongst speakers of other languages. The data point to a significant discrepancy between the language projects in place by both countries, as well as a tendency in teaching Portuguese language in strategic places according to the respective governments, which exposes a unilateralism in the actions developed. The conclusions of the study show that language policies for internationalization need improvement so they may not run in parallel and dissonantly, as this prevents a cooperation policy focused on building a Portuguese-speaking world.

KEYWORDS: internationalization; language; policy.

¹ Frase do poeta Fernando Pessoa no *Livro do Desassossego*.

² Doutoranda no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

Quando o Gigante Adamastor se referiu aos navegadores portugueses da renascença como “gente ousada, mais que quantas”, no Canto V de Os Lusíadas, ele ainda não imaginava que, além de atravessar o Cabo das Tormentas, tais desbravadores também seriam os grandes responsáveis pelo início do processo de internacionalização da língua portuguesa.

Mais do que estabelecer novas rotas de comércio, as grandes navegações permitiriam a criação de um mundo lusófono, isto é, de um mundo marcado pelo uso da língua portuguesa, o qual conta atualmente com um número considerável de falantes: de acordo com os dados mais recentes do Ethnologue, trata-se de aproximadamente 208.525.450 milhões de falantes (sendo 202.225.450 usuários que a têm como língua materna e 6.300.000 como segunda língua).

Esse mundo que surgiu das grandes navegações organizou-se, há algum tempo, sob a nomenclatura de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – órgão multilateral, sediado em Lisboa, para o desenvolvimento de ações ligadas a múltiplas áreas relativas ao bem estar social dos estados-membros, porém com atuação voltada prioritariamente à cooperação cultural, educacional e linguística entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste.

A fundação da CPLP é, sem dúvidas, uma iniciativa que destaca a visibilidade e o valor adquiridos pela língua portuguesa ao redor do mundo atual. Dentro da comunidade, cada um dos estados-membros é responsável pelo desenvolvimento de ações relativas ao ensino da língua portuguesa, porém Portugal e Brasil se destacam nesta empreitada, seja no contexto de seus territórios e do ensino de língua materna ou em um processo ligado à internacionalização idiomática e ao ensino do português a falantes de outras línguas (doravante PFOL).

Segundo Esteves (2002), o trabalho com PFOL³ remonta ao ensino superior europeu, dada a inclusão do idioma no currículo ligado às possibilidades idiomáticas da educação básica e, em nível superior, o ano de 1934 marca a matrícula da primeira turma de um curso de PFOL na Universidade de Lisboa. Já no contexto brasileiro, os primeiros cursos de PFOL

³ A exemplo de Stern (1986), entende-se que a terminologia “segunda língua” (PL2) refere-se somente ao ensino de determinada língua no interior de fronteiras territoriais em que ela possui oficialidade reconhecida, e que “língua estrangeira” (PLE) abrange o ensino desenvolvido em contexto de não imersão cultural e idiomática. Logo, é importante frisar que a utilização da nomenclatura *português para falantes de outras línguas* está relacionada, neste estudo, ao desejo de abarcar o ensino de português a estrangeiros de modo geral, seja em contexto de imersão ou de não imersão.

foram abertos na década de 50, momento em que os poucos existentes dependiam do método Spoken Brazilian Portuguese, do Foreign Service Institute dos Estados Unidos da América (AMADO, 2008).

Hoje em dia, o ensino de PFOL se constrói em múltiplos espaços: o idioma dos grandes navegadores está espalhado ao redor dos quatro cantos, na boca de aprendizes em salas escolares, universitárias, de cursos particulares (on line e/ou presenciais), nas mídias da internet, na Indústria Cultural etc. (NÓBREGA, 2016).

Neste cenário, o idioma oficial de Portugal e Brasil é, em termos do número de usuários, o sexto mais falado no mundo, atrás apenas do mandarim, espanhol, inglês, hindu e árabe. Isso esclarece que, entre as línguas românicas, o português é a segunda língua mais falada no mundo, além de ser o terceiro idioma europeu mais utilizado. Sem dúvidas, este quadro é dependente de uma série de ações que Portugal e Brasil têm desenvolvido para a internacionalização da lusofonia, atuando de forma conjunta ou em relativo isolamento quanto aos outros membros da CPLP.

Devido ao grande número de falantes nativos e à representatividade econômica que mantêm, esses dois países são, na verdade, os grandes potenciais ligados à expansão da língua portuguesa pelo mundo globalizado. Levando isso em conta, este artigo tem o objetivo de expor algumas das políticas linguísticas de internacionalização que são exercidas, na atualidade, por Portugal e Brasil, intencionando divulgá-las e analisar a sua importância.

Esta proposta também se baseia no reconhecimento de que os estudos ligados à internacionalização da língua portuguesa e às políticas linguísticas relativas a ela, embora sejam responsáveis para que o idioma adquira valor simbólico na atualidade, ainda são consideravelmente raros, sobretudo no contexto brasileiro.

Para isso, apresenta-se primeiramente um esclarecimento ligado aos termos política linguística e planejamento linguístico, os quais nortearam a realização deste estudo e relacionam-se intimamente com o já citado processo de internacionalizar a língua oficial de Portugal e Brasil. Na sequência, os dados são expostos e uma discussão ligada às limitações e ao valor das ações elencadas, para a expansão da língua portuguesa e sua inserção no mercado de línguas atual (CALVET, 2002), dão cabo ao trabalho.

2. Políticas e planejamentos linguísticos

Vale ressaltar, junto a Calvet, que intervenções humanas nas línguas ou em situações sociolinguísticas não se restringem à modernidade. De fato, “sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua”. Contudo, o conceito de política linguística é recente e engloba as “grandes decisões referentes às relações entre as línguas e as sociedades” (CALVET, 2007, p. 11).

Epistemologicamente falando, o termo política linguística está sujeito a uma ampla variedade conceitual, dada a diversidade de lugares de observação e objetivos de intervenção a partir dos quais é definido, de modo que tem “sido empregado na literatura linguística com diferentes sentidos, que variam segundo a rede mais ampla de conceitos na qual se inscreve” (DINIZ, 2012, p. 15).

Partindo de Einar Haugen (1959), Calvet (2007) esclarece, entretanto, que, para início de conversa, é mister distinguir política linguística de um outro conceito que é o de planejamento linguístico. Segundo o autor, as políticas referem-se ao mundo das tomadas de decisão, enquanto o planejamento é a implementação/aplicação/execução prática das ideias que nascem no âmbito das políticas das línguas.

Em língua portuguesa, Rajagopalan (2013, p. 29) explica que o termo política linguística encobre “tanto as decisões tomadas no nível geral e macro, como também as atividades que contribuem para implementá-las”. No entanto, o autor expõe que planejamento linguístico permanece como o termo mais utilizado para designar a política linguística em sua acepção prática.

No presente trabalho, entende-se que a diferença terminológica supracitada é relevante. Considera-se, assim, que as políticas linguísticas abarcam o grande “intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, [de] instâncias transnacionais maiores” (RAJAGOPALAN, op. cit., p. 21), enquanto a transformação desses intuítos em condução pragmática de ações se refere ao domínio do planejamento linguístico.

Boa parte das ações interventivas em relação às línguas sempre esteve, como sugeriu Torquato (2010), a cargo do Estado. Sobretudo diante da globalização, os estados-nações passaram a vivenciar reconfigurações de diversas ordens, dadas por meio de realinhamentos políticos e econômicos, de novas estratégias de diplomacia, além de alianças e acordos de

cooperação que se baseiam, dentre outras coisas, em necessidades também relacionadas às línguas.

Assim, a alteração das noções de fronteira e o ritmo acelerado das interações transacionais geraram, concomitantemente, a desnacionalização e a internacionalização dos países e de seus idiomas oficiais. Tudo isso deu origem a uma tendência de internacionalização linguística, que se refere, por conseguinte, aos planejamentos linguísticos relativos à expansão de determinado idioma para além das fronteiras geográficas em que ele conta com estatuto de oficialidade.

De forma geral, este processo de internacionalização linguística é indicativo de uma valorização atual das diversas línguas, dentro do que Calvet (2002) chamou de mercado linguístico (*marché aux langues*). Para este sociolinguista, conforme as especificidades e exigências apresentadas, pelas forças produtivas e pela necessidade de inserção e/ou manutenção de um lugar no comércio global, foram sofrendo alterações, os Estados criaram políticas para expandir e/ou abrir mercados que, em diferentes partes do globo, consomem os bens ligados aos seus idiomas.

Isso posto, os próximos dois tópicos do texto apresentam os planejamentos linguísticos que os governos de Brasil e Portugal têm desenvolvido para o cumprimento de agendas relativas à internacionalização da língua portuguesa.

3. “O português são dois; o outro, mistério”⁴ – a internacionalização da língua portuguesa a partir da terra de Drummond

A partir de planejamentos linguísticos específicos, o Brasil tem efetivado uma agenda governamental bastante pontual. Conforme sugeriu o ministro George Torquato Firmeza⁵, diretor do Departamento Cultural do Itamaraty, a política linguística externa do Brasil centraliza seus esforços atualmente nas relações internacionais com os países que compõem a CPLP, o Mercosul, os que formavam os BRICS e aqueles que mantinham elevada importância no interior do Programa Ciência sem Fronteiras⁶ (sobretudo Estados Unidos da

4 Verso drummondiano no poema “Aula de português”.

5 Entrevista concedida à autora deste artigo, no dia 10 de novembro de 2014, no Palácio do Itamaraty.

6 “Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. (...) O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato

América, Alemanha e Espanha – dado o elevado número de estudantes que foram enviados pelo governo brasileiro a esses países).

Berger (2013) diz que são exemplos desta agenda os acordos travados pelo Brasil dentro do Mercosul; a *Comissão Fulbright*, que envia professores de língua portuguesa para os EUA; e o *Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa* no Timor-Leste, que objetiva a integração educacional e cultural desse país com os outros em que o Português é língua oficial, além de seu fortalecimento enquanto república recém constituída.

Além disso, desde a criação do Setor Educacional do Mercosul (SEM) – em 1991, a importância da educação linguística foi reconhecida como estratégia para a integração do bloco, a exemplo de tendências multilíngues que caracterizam esforços de outras organizações de cooperação multilateral, como a União Europeia (ARAÚJO, 2012). Também foi fundado, no âmbito do Mercosul, o *Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas*, e, na Associação de Universidades Grupo Montevideu, o Núcleo Disciplinar Enseñanza de Español y Portugués como *Lenguas Segundas y Extranjeras* (CARVALHO; SCHLATTER, 2011), o que em muito tem contribuído para o avanço de discussões relativas ao bilinguismo do bloco e ao ensino dos referidos idiomas nos países-membros.

Tudo isso fez com que, nas duas últimas décadas, o Brasil aumentasse consideravelmente a sua influência linguística no contexto sul-americano. Sobretudo, obviamente, em virtude do Mercosul, mas também por convênios firmados em nível federal, o que levou o ensino de PFOL a várias escolas (de nível fundamental e médio) sul-americanas.

No âmbito da cooperação Sul-Sul, por exemplo, a Argentina já foi tida como o país hispanofalante em que havia o maior número de professores de língua portuguesa. Isso se devia, sem dúvidas, ao fato de o governo brasileiro ter promulgado a Lei n. 16.161 de 5 de agosto de 2005, a qual tornaria o espanhol uma língua de oferta obrigatória, no território nacional, a partir de 2010, bem como de o governo argentino ter posteriormente sancionado a Lei n. 26.468 de 17 de dezembro de 2008, que tornou o português um idioma de oferta obrigatória em seu sistema de ensino.

com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior”.

Informações disponíveis em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>

Acesso em: 8 set. 2016.

Segundo Oliveira (2010, p. 29), a bilateralidade entre Argentina e Brasil teve como consequência

um reposicionamento dos países do bloco: o crescimento da questão linguística no Brasil e na Argentina, levou o Uruguai, por exemplo, a abrir sua primeira licenciatura em língua portuguesa, que começou a funcionar [no] ano de 2009, em duas turmas, uma em Montevideu e outra em Rivera, sobre a fronteira brasileira, e que conta no momento com 120 alunos, futuros professores de português nas escolas uruguaias. Para um país como o Uruguai, que se constituiu na perspectiva de ‘conter’ o português além fronteiras, e que por muito tempo desconheceu que o norte do país é efetivamente uma região bilingue espanhol-português, esta mudança de ótica, com a criação da licenciatura, é um movimento historicamente de grande envergadura.

Carvalho (2012) também destaca a criação do *Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas*, que, no âmbito do Mercosul, discute e propõe ações para a região; o estabelecimento do *Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira* (PEIBF), que, também por meio de acordo travado entre os países do Mercosul, visa o estabelecimento de relações interculturais e a criação de ambiente bilíngues; a criação da UNILA – Universidade Federal de Integração Latino-Americana⁷, voltada para a educação bilíngue (português e espanhol) e para o desenvolvimento latino-americano; e o *Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio* (CEPI), que, mediante a parceria entre uma universidade pública brasileira (UFRGS) e duas argentinas (UNC e UNER), oferece o ensino desses idiomas a alunos intercambistas.

Entretanto, é preciso considerar que, embora recentes, estas iniciativas têm sofrido com “idas e vindas”. Embora a literatura sugira que, no Mercosul, a ideia de bilinguismo e interculturalidade tem sido valorizada, por meio de planejamentos linguísticos que prezam pela interface entre o português brasileiro e o espanhol, o contexto de instabilidade política aponta para um considerável enfraquecimento desta realidade. As mudanças previstas mediante a reforma do ensino médio brasileiro (MP746/2016), por exemplo, retiram a obrigatoriedade de as escolas oferecerem a disciplina de língua espanhola, o que, em maior ou menor grau, deve contribuir para o enfraquecimento do ensino de português não somente na Argentina, mas em outros países do bloco.

⁷ Sobre tais questões, conferir também os estudos de Signorini (2013) e Nóbrega (2016).

Apesar disso, ainda é possível destacar planejamentos linguísticos que permanecem em execução na atualidade, por meio da *Rede Brasil Cultural*. O Departamento Cultural do Itamaraty, sob a direção atual do referido Ministro George Torquato Firmeza, mantém esta rede como ferramenta central para a política brasileira de internacionalização idiomática.

A *Rede Brasil Cultural* é gerenciada pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), a qual é subordinada à Subsecretaria de Cooperação e Promoção Comercial do Departamento Cultural. Atualmente, ela está presente em 45 países de cinco continentes, sendo constituída por cinco *Núcleos de Estudos Brasileiros*, 24 *Centros Culturais* e 35 *Leitorados*, conforme se pode observar pelo seguinte quadro:

ALCANCE MUNDIAL DA REDE BRASIL CULTURAL				
#	PAÍSES	LEITORADOS ATIVOS	CENTROS CULTURAIS BRASILEIROS	NÚCLEOS DE ESTUDOS BRASILEIROS
1	ÁFRICA DO SUL	1	1	---
2	ALEMANHA	2	---	---
3	ANGOLA	---	1	---
4	ARGENTINA	1	1	---
5	AUSTRÁLIA	1	---	---
6	BOLÍVIA	---	1	---
7	CABO VERDE	---	1	---
8	CHILE	1	1	---
9	CHINA	2	---	---
10	COLÔMBIA	1	---	---
11	CROÁCIA	1	---	---
12	DINAMARCA	1	---	---
13	ESPANHA	1	1	---
14	EUA	3	---	---
15	FINLÂNDIA	---	1	---
16	FRANÇA	2	---	---
17	GUATEMALA	---	---	1
18	GUIANA	---	1	---
19	GUINÉ-BISSAU	---	1	---
20	GUINÉ-EQUATORIAL	---	---	1

21	HAITI	---	1	---
22	HUNGRIA	1	---	---
23	ÍNDIA	1	---	---
24	ISRAEL	---	1	---
25	ITÁLIA	1	1	---
26	LÍBANO	---	1	---
27	MÉXICO	---	1	---
28	MOÇAMBIQUE	---	1	---
29	NICARÁGUA	---	1	---
30	PANAMÁ	---	1	---
31	PAQUISTÃO	---	---	1
32	PARAGUAI	4	1	---
33	PERU	1	1	---
34	REINO UNIDO	3	---	---
35	REPÚBLICA CHECA	1	---	---
36	RÚSSIA	1	---	---
37	SÃO DOMINGOS	---	1	---
38	SÃO SALVADOR	---	1	---
39	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1	1	---
40	SENEGAL	1	---	---
41	SURINAME	---	1	---
42	TAILÂNDIA	1	---	---
43	TRINIDAD TOBAGO	1	---	---
44	URUGUAI	---	---	1
45	VIETNÃ	1	---	---
SUB-TOTAIS		35	24	5

Quadro I – Presença Mundial da Rede Brasil Cultural.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Silva (2010, p. 3021), o processo de internacionalização da língua portuguesa foi iniciado, no Brasil,

com a criação da Divisão de Cooperação Intelectual, em 1938, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, na gestão de Oswaldo Aranha, que resultou na fundação da primeira instituição no exterior para a difusão da cultura brasileira, em 1940, o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, em Montevideu (SILVA, 2010, p. 3021).

Atualmente, os Institutos Culturais (ICs), aos quais Silva se refere, “são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural de coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas”⁸. Ao que parece, a política externa brasileira vem apresentando uma tendência de substituir gradualmente os ICs por Centros Culturais Brasileiros (CCBs). Isso é comprovado pelo fato de os ICs contarem hoje com um número de aproximadamente sete docentes e atenderem a 374 alunos, enquanto os CCBs têm mais de cem professores e um número de alunos que ultrapassa sete mil.

Quanto aos CCBs, é válido ressaltar que, em balanço relativo às políticas linguísticas de internacionalização da língua portuguesa – referente ao período que vai de 2003 a 2010, o próprio Itamaraty expôs que eles são considerados o principal instrumento governamental ligado à promoção da variante brasileira da língua portuguesa no exterior (BRASIL, 2010).

Diniz (2012, p. 69) disse que tanto os CCBs quanto os Institutos Culturais desenvolvem “atividades que têm como público-alvo outras pessoas que não apenas seus próprios alunos. São frequentes atividades gratuitas, o que pode contribuir para a participação daqueles que não têm vínculo estudantil ou empregatício com essas entidades”. De acordo com o autor, a prestação de serviços ao grande público seria um modo de os centros e institutos funcionarem como uma extensão do Brasil em terras estrangeiras.

Em relação ao Programa de Leitorado, sabe-se que eles “desenvolvem funções complementares às dos CCBs, muitas vezes em regiões nas quais a ampliação da presença cultural brasileira constitui uma das prioridades de nossa política externa” (BRASIL, 2010, p. 1)⁹.

⁸ Informações disponíveis em: <http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/institutos-culturais>

Acesso em: 08 set. 2016.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1>

Acesso em: 10 set. 2016.

Sobre isso, é importante salientar que o Programa de Leitorado funciona em universidades estrangeiras e visa garantir a divulgação da língua e da cultura do Brasil junto a comunidades acadêmicas internacionais. Neste sentido, trata-se de uma política linguística do governo brasileiro que é altamente estratégica e, por isso, o seu funcionamento ocorre em regiões prioritárias à diplomacia nacional.

No âmbito dos leitorados, não se pode deixar de citar que, entre 1991 e 2011, o governo brasileiro expandiu consideravelmente a abertura de Leitorados na América do Sul e que, em contrapartida, manteve estáveis os números absolutos de postos em funcionamento na Europa (DINIZ, 2012), o que, sem dúvidas, se deve às condições geopolíticas portuguesa.

O número de alunos nos leitorados não chega a um quarto do que é apresentado pelos Centros Culturais. Nas diferentes universidades estrangeiras em que funciona, os leitores brasileiros fornecem o ensino de PFOL a menos de dois mil alunos. Contudo, é mister observar que os postos de leitorado funcionam em locais estratégicos à política linguística externa do Brasil, o que não pode deixar de ser visto pelo leitor como arbitrário.

Em consonância com o que foi exposto por George Torquato Firmeza, quanto às prioridades da política externa brasileira, nota-se que a maior parte dos planejamentos linguísticos realmente volta-se para o Mercosul (seja países-membros ou países associados), os países dos BRICS e os integrantes da CPLP, além de dirigir-se a outros estados-nações citados como de fundamental importância.

Inusitadamente, porém, um considerável número de postos de leitorado encontra lugar, em países não citados pelo ministro: trata-se de França e Reino Unido. No caso da França, não é de hoje que o governo brasileiro empenha boa parte de seus esforços em direção ao território francês, seja por meio de acordos ligados ao mundo da ciência ou ao universo econômico. Recentemente, por exemplo, Brasil e França se uniram em prol da abertura de mercados entre Mercosul e União Europeia, com previsão para efetivação no ano de 2018. Em relação ao Reino Unido, os planejamentos linguísticos também parecem ser concordantes com uma política externa mais geral que, após o *Brexit*¹⁰, aposta em tentativas ligadas a iniciativas voltadas à abertura de comércio.

Contudo, estes dados também apontam para a existência de uma fragilidade: seja em decorrência do atual contexto de instabilidade econômica ou pela não compreensão da relevância de uma política linguística de internacionalização, os números expostos no quadro

¹⁰ *Brexit* é o termo utilizado para referenciar o êxodo do Reino Unido em relação à União Europeia.

anterior mostram que não há uma priorização governamental quanto aos planejamentos linguísticos da *Rede Brasil Cultural*. Em conjunto, nota-se que o alcance é consideravelmente pequeno e que a internacionalização idiomática carece de uma (re)formulação mais contundente no que tange à sua ampliação.

Após, então, a exposição dos planejamentos desenvolvidas pelo governo brasileiro, o próximo tópico expõe as ações do governo português quanto ao propósito de internacionalizar a língua. Inicia-se pela apresentação de dados relativos ao contexto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, na sequência, abordam-se as iniciativas que encontram lugar nos países europeus e nos Estados Unidos da América.

4. “Não há uma língua portuguesa, há línguas em português”¹¹ – a internacionalização da língua portuguesa pela Lusitânia de Saramago

O governo português, por meio do Instituto Camões (IC), desenvolve vários planejamentos linguísticos no sentido de ensinar e difundir a língua portuguesa a falantes de outros idiomas. Sobretudo a partir de 2008, com a nomeação do Grupo Gestor para a Elaboração do Plano Estratégico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), o governo português enfatizou ainda mais a sua participação no IILP (com representantes enviados do IC, do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação), além de ter criado a Lei Orgânica do Instituto Camões que, em 22 de setembro de 2009, reforçou a política nacional de internacionalização idiomática.

Apesar de ser um órgão dotado de autonomia administrativa e financeira, o Instituto Camões segue a agenda política portuguesa no sentido de realizar ações cooperativas no sentido de ensinar e promover a cultura e a língua portuguesas no exterior. O instituto desenvolve, portanto, uma série de ações logísticas referentes ao ensino do idioma lusitano para fora das fronteiras portuguesas e, de modo geral, o seu alcance atual refere-se à manutenção de uma rede de leitorados, centros de ensino da língua, cátedras e uma rede de escolas ou centros de línguas associados, como pode ser verificado no quadro seguinte:

¹¹ Frase do escritor português José Saramago no documentário “Línguas, vidas em português”.

ALCANCE MUNDIAL DO INSTITUTO CAMÕES					
#	PAÍSES	LEITORADOS ATIVOS	CENTROS DE LÍNGUA PORTUGUESA	CÁTEDRAS	REDE DE ESCOLAS OU CENTROS ASSOCIADOS
1	ÁFRICA DO SUL	6	5	---	---
2	ALEMANHA	12	1	2	---
3	ANGOLA	4	3	---	---
4	ARGENTINA	1	1	---	---
5	AUSTRÁLIA	---	1	---	---
6	ÁUSTRIA	3	2	---	---
7	BÉLGICA	4	1	---	---
8	BOTSUANA	2	---	---	---
9	BRASIL	---	---	5	---
10	BULGÁRIA	16	1	---	---
11	CABO VERDE	1	1	1	---
12	CANADÁ	5	---	1	1
13	CHILE	2	---	---	---
14	CHINA	3	3	---	---
15	COLÔMBIA	2	---	1	---
16	COREIA DO SUL	1	1	---	---
17	COSTA DO MARFIM	2	---	---	---
18	CROÁCIA	2	1	---	---
19	CUBA	1	---	---	---
20	ESCÓCIA	---	---	---	1
21	EGITO	2	---	---	---
22	ESLOVÁQUIA	2	---	---	---
23	ESLOVÊNIA	1	---	---	---
24	ESPANHA	13	4	4	---
25	ESTÓNIA	1	1	---	---
26	ETIÓPIA	2	1	---	---
27	EUA	18	3	---	---
28	FINLÂNDIA	1	---	---	---

29	FRANÇA	12	3	4	1
30	GEÓRGIA	1	1	---	---
31	GUINÉ-BISSAU	2	---	---	---
32	HUNGRIA	6	1	---	---
33	ÍNDIA	6	1	1	---
34	INDONÉSIA	1	---	---	---
35	IRLANDA	3	---	---	1
36	ISRAEL	1	---	---	---
37	ITÁLIA	8	1	11	---
38	JAPÃO	5	---	---	---
39	LITUÂNIA	2	---	---	---
40	LUXEMBURGO	1	---	---	---
41	MACEDÓNIA	1	---	---	---
42	MARROCOS	1	1	---	---
43	MÉXICO	1	1	1	---
44	MOÇAMBIQUE	7	6	1	---
45	MOLDÁVIA	1	1	---	---
46	NAMÍBIA	1	1	---	---
47	NÍGERIA	1	---	---	---
48	POLÓNIA	5	1	1	---
49	PORTUGAL	---	---	---	2
50	QUÊNIA	1	---	---	---
51	REINO UNIDO	14	4	5	---
52	REPÚBLICA CHECA	12	1	---	---
53	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1	---	---	---
54	ROMÉNIA	4	4	2	---
55	RÚSSIA	5	---	---	---
56	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	1	1	---	---
57	SENEGAL	1	2	---	---
58	SÉRVIA	2	1	---	---
59	SUAZILÂNDIA	1	---	---	---
60	SUÉCIA	1	1	---	---

61	SUIÇA	1	---	1	1
62	TAILÂNDIA	3	---	---	---
63	TANZÂNIA	1	---	---	---
64	TIMOR LESTE	2	---	---	---
65	TUNÍSIA	4	1	---	---
66	TURQUIA	2	---	---	---
67	URUGUAI	1	---	---	---
68	VENEZUELA	1	1	1	1
69	VIETNÃ	1	1	---	---
70	ZIMBABUÉ	1	1	---	---
SUB-TOTAIS		233	66	42	8

Quadro II – Presença mundial do Instituto Camões.

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro anterior permite que o leitor verifique o alcance geográfico do IC, o qual se estabelece por meio de números consideráveis, sobretudo de leitorados. A atuação de internacionalização do instituto alcança 84 países e, diferentemente do Brasil, abrange a educação básica e o nível universitário. No primeiro caso, o IC conta com 815 professores de língua e fornece o ensino de PFOL a cerca de 70 mil alunos. Quanto ao ensino superior, tem o apoio de 644 docentes e participação de 90 mil estudantes (LOPES, 2016).

A política linguística mantida pelo IC se dá em conformidade com uma organização ligada a sete blocos geoestratégicos. O primeiro diz respeito aos países pertencentes à CPLP, o que o quadro acima permite antever, principalmente em virtude do elevado número de cátedras, leitorados e centros culturais mantidos nas nações africanas. Além disso, nos países da África lusófona, o IC enfoca a formação de professores de PFOL e o aperfeiçoamento linguístico e científicos dos docentes de outras áreas. Já em relação ao Brasil, o IC enfatiza a produção conjunta de ciência e tecnologia.

O segundo grupo relaciona-se ao espaço ibero-americano, enquanto o terceiro diz respeito à África Subsaariana. Em relação aos dois, o instituto possui basicamente os mesmos objetivos: em Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile, México, Espanha, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Ilhas Maurícias, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, a cooperação volta-se para a integração da língua portuguesa ao currículo da educação básica, por meio da formação de professores de PFOL e da formação de formadores de professores. O quarto, quinto, sexto e sétimo blocos dizem respeito a

relações internacionais de interesse diplomático especificamente português, as quais existem em função de questões históricas basicamente econômicas. Magrebe é um deles: lá, o IC fornece cursos de PFOL para fins específicos, principalmente junto a profissionais que atuam na área político-diplomática e empresarial, além de apoiar a criação de departamentos de língua portuguesa e licenciaturas em universidades locais. Outro grupo é representado pelos Estados Unidos e Canadá, onde o IC, em virtude da diáspora portuguesa, financia o ensino de português como língua de herança, isto é, a filhos de portugueses expatriados. Neste contexto, também ocorre o ensino de PFOL, tanto como parte integrante do currículo escolar quanto do universitário. O espaço asiático (principalmente Índia, China, Coreia do Sul, Japão e Timor Leste) é outra parte geográfica à qual o IC direciona seus esforços em relação à língua portuguesa e, por fim, o sétimo espaço é o da União Europeia, onde o IC ensina PFOL ao público escolar e universitário, bem como à população geral (COUTINHO, 2010).

Especificando os dados arrolados, é mister ressaltar que, nos PALOP e no Timor Leste, o IC volta-se para o desenvolvimento de projetos relacionados à formação de professores em doze universidades e ao incentivo do desenvolvimento científico, por meio da concessão de bolsas de pós-graduação e do estabelecimento de projetos de pesquisa em parceria com pesquisadores locais. O instituto também promove a criação bilateral de cursos de pós-graduação, o desenvolvimento de instrumentos didáticos – como dicionários bilíngues, gramáticas e manuais escolares; a formação de intérpretes e tradutores, além de incentivo à tradução das literaturas africanas dos PALOP, do fornecimento de auxílio para a contratação de pessoal ligado à ocupação de cargos no ensino superior desses países e do estabelecimento de postos de Leitorado – com o objetivo de criar uma rede de *Leitorados dos Países CPLP*; da formação de jornalistas e da promoção da Língua Portuguesa como língua de conferência em organizações internacionais africanas (AFONSO, 2009).

A presença do IC no interior dos PALOP é bastante significativa e não pode passar despercebida. Primeiramente, o leitor precisa considerar que, dada a inexistência de postos de leitorados portugueses no Brasil, a constituição de uma eventual rede da CPLP não o contempla. Além disso, a ênfase (quantitativa que seja!) aponta para uma espécie de neocolonialismo, direcionada sobretudo a realidades plurilíngues, nas quais o governo português atua, muitas vezes, no desenvolvimento de projetos relacionados ao ensino da língua portuguesa como PFOL.

Fora da CPLP, mas ainda no continente africano, o IC tem demonstrado uma preocupação contundente em ensinar PFOL a deputados e funcionários do Parlamento Nacional da África do Sul, do Banco Africano para o Desenvolvimento – em Tunes – e do quadro militar da África Megrebina, bem como a diplomatas – na Universidade Manouba de Tunes, no Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos da Universidade Mohammed V – Agdal de Rabat e na Universidade de Argel (AFONSO, *op. cit.*).

No contexto europeu¹², o governo português é categórico quanto à sua política de internacionalização idiomática¹³. Segundo Gendreau-Massaloux (2002), os primeiros responsáveis por isso foram os padres e os comerciantes. No entanto, os emigrantes e o próprio sistema escolar europeu, que hoje valoriza o plurilinguismo, permitiram a difusão e a estabilização da língua portuguesa no interior da Europa. Assim, o ensino de PFOL é tutelado pelo IC, mas algumas embaixadas e/ou consulados de Portugal também viabilizam o ensino de PFOL na Espanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Reino Unido, Alemanha e Suíça.

De acordo com Soares (2002), a Suíça e a França eram, no início do século XXI, os países com o número mais elevado de cursos de PFOL, totalizando 724 e 604 respectivamente. De modo geral, o governo português os mantinha em funcionamento paralelo ou integrado à educação básica. Quanto ao território francês, o pesquisador esclarece que se trata de um caso particularmente interessante, pois, iniciado em 1919, o ensino de PFOL, neste país, apresentava-se, no início do século XXI, como totalmente financiado pelo governo local para o nível secundário (como também são alguns outros idiomas - alemão, árabe, inglês, italiano e russo), sendo, em contrapartida, pago pelo governo português aos luso-descendentes, os quais deveriam aprender o idioma como língua materna na educação básica.

¹² Por meio da *Rede Brasil Cultural*, o Brasil também desenvolve ações no contexto europeu. Entretanto, o alcance do Instituto Camões é consideravelmente maior, principalmente em virtude de sua localização geográfica e da preferência que muitas instituições europeias ainda mantêm pela vertente lusitana da língua portuguesa.

¹³ É importante frisar que a língua portuguesa também é ensinada, na Europa, por meio de iniciativas não restritas ao governo português, como é o caso de associações de portugueses ou empresas financiadoras. Isso se dá, por exemplo, em seis liceus alemães, em um curso de educação básica na cidade holandesa de Leiden, em trinta cursos na Espanha, em alguns liceus franceses e em outras ações desenvolvidas pela comunidade franco-belga e luxemburguesa. Muitas associações, no entanto, contam com o auxílio da IC, sobretudo para o recrutamento de professores.

Em nível superior, o português podia ser aprendido, à altura, como complemento de estudos em 32 universidades francesas e, como alvo de especialização, em oito (nas cidades de Aix-en-Provence, Bordeaux, Lyon, Montpellier, Paris, Poitiers, Rennes, Toulouse). Isso se devia a um acordo de cooperação bilateral que fora travado, no ano de 2006, entre o governo de França e Portugal, mas que, a posteriori, também passou a incluir o Brasil.

Embora a França permaneça como alvo dos planejamentos linguísticos do IC, é interessante notar que a realidade atual sugere uma alteração no quadro de influência exercida na Suíça, já que o país conta apenas com um leitorado e uma cátedra em funcionamento. De modo geral, o alcance do governo português é hoje, por exemplo, consideravelmente maior na Alemanha, o atual centro de poder europeu, no Reino Unido, em alguns países europeus de economia mais instável (Itália e Espanha, por exemplo) e no leste do continente (em países como a República Checa ou Bulgária).

Esta realidade permite, portanto, inferir que os números apresentados no quadro anterior voltam-se, na verdade, à efetivação da política externa econômica. Isso é dito em virtude das constantes iniciativas lusitanas no âmbito de sua filiação à União Europeia, bem como pelas tentativas atuais de estreitamento de laços com a coroa inglesa e/ou da abertura de mercado e facilitação da instalação de empresas que venham a deixar o Reino Unido após o Brexit.

Em relação aos planejamentos linguísticos desenvolvidos nos Estados Unidos da América, o quadro e os dados citados tornam imediatamente possível constatar o quanto o IC os toma como prioridade. Um estudo recente de Reto *et al.* (2014) mostrou que a política linguística portuguesa logra de sucesso na grande potência mundial, pois a língua portuguesa encontra-se entre os dez idiomas mais procurados pelos norte-americanos. Neste contexto social e político, os planejamentos linguísticos são enfáticos no âmbito da comunidade universitária, mas também volta-se aos filhos de emigrantes, isto é, ao ensino de português como língua de herança.

Tal preocupação ligada ao desenvolvimento de planejamentos linguísticos referentes aos descendentes de portugueses expatriados é bastante pontual e merece ser destacada. Ao investir fundos neste sentido, o governo português viabiliza a manutenção do idioma entre diferentes gerações de um seio familiar, colocando os lusodescendentes como os mantenedores do uso internacional da língua portuguesa, garantindo o lugar do idioma e a sua circulação. Contudo, se o número contundente de leitorados portugueses nos EUA for

considerado, torna-se indiscutível que o foco do IC são os futuros profissionais americanos e, mediante esta constatação, não se pode deixar de apontar que os planejamentos linguísticos lusitanos também ocorrem no âmbito do ensino de PFOL em colégios de educação básica.

Vale destacar que os dados do quadro também mostram a presença do IC em vários países da América Latina e, inclusive, a manutenção de três cátedras em território brasileiro. Importa então que o leitor não deixe de notar que, sob vários aspectos, os planejamentos linguísticos da *Rede Brasil Cultural* e do IC ocorrem em espaços geográficos similares, abrangendo públicos parecidos, ao invés de expandir o seu alcance ao estabelecer um trabalho baseado na cooperação.

Neste momento, talvez tenham surgido, ao leitor, as seguintes perguntas: qual é a justificativa para a execução autônoma de planejamentos linguísticos de internacionalização por parte de Portugal e Brasil? Seria viável pensar em uma internacionalização da língua portuguesa e não do português brasileiro ou europeu? Partindo da constatação teórica de que a globalização gerou um *mercado de línguas* (CALVET, 2002), qual é o sentido de todos os dados apresentados? Esta disparidade contribui para o estabelecimento de um futuro de maior poder mundial à língua portuguesa?

Mediante todas estas possibilidades, o próximo tópico do artigo tenta propor algumas respostas e encaminhamentos para a construção de uma visão mais ampla de internacionalização da língua portuguesa. Essa visão, como será possível perceber, é referente à necessária constituição de uma política linguística da CPLP e não brasileira ou portuguesa.

5. *Minha pátria é a língua portuguesa*: à guisa de conclusão, qual é a real importância do processo de internacionalização idiomática e por que se deve ambicionar a ampliação lusófona por meio de um sistema de cooperação?

É inegável que o processo de internacionalização idiomática aponta para relações de poder: inserir uma língua em diferentes territórios geográficos significa expandir a cultura do povo que a utiliza, contribuindo para o fortalecimento da Indústria Cultural a ela relacionada, bem como para a construção de uma percepção mais favorável a seu respeito.

Isso torna claro que os diversos planejamentos linguísticos citados, neste artigo, ambicionam que o idioma de Portugal e Brasil adquira valor simbólico no mercado de línguas da atualidade. Todos eles figuram como tentativas de colocar a língua portuguesa no cenário

de competitividade idiomática existente no mundo (seja no contexto sul-americano, europeu ou qualquer outro), a fim de gerar linhas de força que poderiam romper a hegemonia das línguas de maior poder na atualidade.

Em conjunto, entretanto, não se pode falar que exista uma política linguística de internacionalização da língua portuguesa. Ao contrário, nota-se que a continuidade de planejamentos linguísticos que apontam para políticas no plural, bem como para línguas portuguesas no plural.

O alcance da *Rede Brasil Cultural* e do IC deixa ver que a internacionalização da língua caminha em paralelo com os interesses da macro política internacional dos dois países, subordinando a política linguística à política externa estatal, em uma tentativa clara de ampliar as zonas de influência do idioma, mas, antes de tudo, dos estados nacionais, em locais que poderiam gerar vantagens econômicas.

No entanto, os dados mostram que esta realidade não é a mais favorável. Estes planejamentos linguísticos, como parte de uma política de internacionalização de um único idioma, deixam ver que o fato de as iniciativas serem unilaterais transforma as ações, em alguns pontos, concorrentes e não complementares. O modo como a *Rede Brasil Cultural* e o IC atuam pode contribuir para o isolamento de força dos dois países e para a perpetuação de uma crença ligada à existência dos “dois portugueses” citados por Drummond. A ocorrência de ações não integrativas expõe que não existem linhas programáticas voltadas à unificação de forças ligadas à expansão da lusofonia e deixa entrever a necessidade de um debate internacional neste sentido.

Até que ponto existe realmente uma comunidade que se integra para, dentre outros fatores, criar uma política linguística voltada à internacionalização de sua língua comum? A realidade exposta pelos dados não é muito alentadora quanto à resposta desta questão. Eles esclarecem que não parece haver uma política que ocorre em sistema de integração e cooperação internacional.

Isso aponta para a necessidade de que os linguistas, envolvidos com o estudo das políticas linguísticas e especialistas na área, trabalhem no sentido de criar políticas comunitárias para a expansão do idioma, de modo que a internacionalização da língua da CPLP deixe de ser “línguas em português”, para tornar-se um “pátria” consubstanciada por esforços pragmáticos coerentes e fundamentados no objetivo de ampliar, sem o hasteamento de bandeiras nacionais, o seu alcance e poder internacional.

A língua portuguesa já se apresenta como uma língua de poder, uma vez que está entre as mais faladas e, portanto, se coloca como idioma estratégico no ambiente internacional multilíngue. Logo, muitos desafios se apresentam à concretização de políticas e planejamentos linguísticos que compartilhem a intenção de sensibilizar a comunidade internacional quanto à sua legitimidade.

É preciso ter ciência quanto à dimensão da língua portuguesa: não apenas em termos culturais, mas sobretudo em relação ao seu alcance econômico. Os vários planejamentos linguísticos, travados em paralelo nas agendas de política linguística brasileira e portuguesa, poderiam ser complementares, abrangendo os outros países da CPLP e evitando, por exemplo, a valorização de uma ou outra vertente da língua.

Falta, neste sentido, a criação de projetos comuns voltados, por exemplo, para a criação de materiais didáticos, eventos de promoção científica e cultural na área, propostas de formação conjunta e intercultural de professores (futuros leitores, professores de centros culturais ou apenas de PFOL), divulgação midiática, constituição de equipes realmente multilaterais para internacionalização linguística etc.

Sabe-se que, neste novo século, o ensino de língua portuguesa a falantes de outras línguas já conhece condições muito mais satisfatórias, dado os referidos esforços de Portugal e Brasil. Contudo, para que o idioma amplie o seu alcance como língua internacional, faz-se necessário refletir sobre a inexistência de uma política linguística e cultural de cooperação multilateral voltada para este propósito. É preciso, portanto, que os atores envolvidos (pesquisadores, professores e políticos) atenham-se à seriedade da necessidade de descentralização, criando condições e caminhos para o estabelecimento de uma contundente internacionalização da língua da CPLP.

No Estatuto que rege a comunidade (2007), consta a informação de que, dentre os objetivos gerais da CPLP, está a “materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”. Além disso, o mesmo documento garante que o IILP

é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais (*op. cit.*, p. 4).

Assim, não restam dúvidas de que os referidos órgãos têm o dever de conjuntamente aperfeiçoar e expandir formas e instrumentos ligados à internacionalização da língua portuguesa, a fim de que as forças sejam somadas e os planejamentos linguísticos da área deixem de ser unilaterais.

Letras & Letras

Referências

AFONSO, Simonetta Luz. Estratégias do Instituto Camões para a promoção do ensino e divulgação da língua e cultura portuguesa no estrangeiro. In: BAPTISTA, Luís V.; COSTA, João; PEREIRA, Patrícia (Org.). **O mundo dos Leitorados**: políticas e práticas de internacionalização da língua portuguesa. Lisboa: Edições Colibri, 2009. p. 19-36.

AMADO, Rosane de Sá. O ensino e a pesquisa de português para falantes de outras línguas. **Revista Guavira**, Três Lagoas, n. 06, p. 67-75, 2008. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ezWyOkjQIRMJ:scholar.google.com/+portugu%C3%AAs+para+falantes+de+outras+1%C3%ADnguas&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em: 30 ago. 2016.

ARAÚJO, A P. QECR e o ensino de português como língua estrangeira: autonomia e aprendizagem. In: RIBEIRO, M. D. A. (Org.). **Português como língua estrangeira na UESC**: questões identitárias e culturais. Ilheus: Editus, 2012, p. 209-223.

BERGER, Isis Ribeiro. O ensino de línguas como espaço para a difusão do português no mundo: estratégias e ações de políticas linguísticas. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 1, p. 216-229, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/7184> Acesso em: 3 set. 2016.

BRASIL. **Balanco da política externa 2003-2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.dc.itamaraty.gov.br/divisao-de-promocao-da-lingua-portuguesa-dplp-1> Acesso em: 10 set. 2016.

CARVALHO, Simone da Costa. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 51.2, p. 459-484, jul./dez. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v51n2/a10v51n2.pdf> Acesso em: 8 set. 2016.

CARVALHO, Simone da Costa; SCHLATTER, Margarete. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. **Cadernos do IL**. Porto Alegre, n. 42, junho de 2011. p. 260-284. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/viewFile/26027/15240> Acesso em: 15 ago. 2016.

CALVET, Louis-Jean. **Le marché aux langues**. Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris: Plon, 2002.

_____. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 166 p.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior. 378f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

ESTEVES, José Manuel. Leitorados e outras questões. In: MATEUS, Maria Helena Mira (Coord.). **Uma política de língua para o Português**. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 99-107.

GENDREAU-MASSALOUX, Michèle. A constelação linguística na Europa. In: MATEUS, Maria Helena Mira (Coord.). **Uma política de língua para o Português**. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 63-70.

LOPES, Roseli. Instituto Camões cruza os mares para internacionalizar a língua portuguesa. In: **Portugal Digital: informação e comunicação luso-brasileira**. Disponível em: <http://www.portugaldigital.com.br/lusofonia/ver/20102818-instituto-camoes-cruza-os-mares-para-internacionalizar-a-lingua-portuguesa> Acesso em: 10 nov. 2016.

NÓBREGA, Maria Helena. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 24, p. 417-445, 2016. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/8603> Acesso em: 10 abr. 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, n. 1, p. 21-30, 2010. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf> Acesso em: 20 ago. 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística: do que se trata afinal? In: NICOLAIDES, Christine. *et al.* (Org.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

RETO, Luís (Coors.); ESTÊVÃO, Pedro; ESPERANÇA, José Paulo; GULHAMUSSEN, Mohamed Azzim; MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da. **O ensino da língua portuguesa nos EUA**. Fundação Luso-Americana, 2014. 141 p. Disponível em: <http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/09/Ensino-do-Portugu%C3%AAs-nos-EUA-FINAL2.pdf> Acesso em: 23 set. 2016.

SIGNORINI, Inês. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo. (Org.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 74-100.

SILVA, Diego Barbosa. O Passado no Presente: História da Difusão e Promoção da Língua Portuguesa no Exterior. In: **XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2010, Rio de Janeiro (RJ). Cadernos do CNLF (CifEFil). Rio de Janeiro: Cifefil, 2010. v. XIV. p. 3018-3034.

SOARES, António. O Português na Europa e nas instituições europeias. In: In: MATEUS, Maria Helena Mira (Coord.). **Uma política de língua para o Português**. Lisboa: Edições Colibri, 2002. p. 73-79.

STERN, H. **Fundamental Concepts of Language Teaching**. Oxford: OUP, 1983.

TORQUATO, Cloris Porto. Políticas linguísticas, linguagem e interação social. **Revista Escrita**. n. 11, p. 1-29, 2010. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16370/16370.PDF> Acesso em: 15 out. 2016.

Artigo recebido em: 30.11.2016

Artigo aprovado em: 23.05.2017